

O
PARAHYBANO

18 DE DEZEMBRO
DE 1892

O PARAHYBANO

DIARIO POLITICO, LITTERARIO E NOTICIOSO

Redactores principaes: Eugenio Toscano e Arthur Achilles

Anno I

REDACAO E TYPOGRAPHIA

RUA DA MISERICORDIA N. 9 A

Avulso do dia: 60 rs.
Do dia anterior: 100 rs.

PARAHYBA DO NORTE

DOMINGO 18 DE DEZEMBRO DE 1892

ASSIGNATURAS

CAPITAL.—Por tres mezes. 3\$000
INTERIOR E ESTADOS.—Anno. 14\$000
Sem. ... 8\$000—Trim. ... 4\$000

N. 236

EXPEDIENTE

Para o fim de começarmos o anno proximo vindouro com as nossas contas regularmente fechadas, prevenimos aos nossos assignantes que de hoje por diante mandamos proceder a arrecadação das respectivas assignaturas do presente mez de Dezembro e bem assim da importância de publicações apedidos e annuncios. Outro sim avisamos aos que se acham em atraso que de Janeiro proximo lhes suspenderemos a remessa desta folha.

Eu e o sr. Alvaro Machado

Conforme disse hontem em meu primeiro artigo, hontem mesmo dirigi ao sr. Alvaro Machado a seguinte petição: Cidadão presidente do Estado.—Diz o dr. Eugenio Toscano de Brito que tendo servido por convite verbal de v. exc., o lugar de official de gabinete desso governo, desde o dia 21 de Fevereiro até 9 de Agosto do corrente anno, tendo sido por esse motivo dispensado do ponto diario no Lyceo Parahybano, onde exerce o supplicante o cargo de professor de Geometria e Trigonometria, por comunicação ainda verbal feita por v. exc. ao ex-director da instrucção publica; o finado dr. José Evaristo da Cruz Gouveia; e tendo v. exc. julgado incompatíveis, por comunicação feita ao thesouro do Estado, os exercicios dos cargos de professor do Lyceo e medico da intendencia, que o supplicante também exerce; e como não possa elle ser por esse modo duplamente prejudicado em seus interesses, não percebendo nem os vencimentos de professor do Lyceo nem a gratificação a que julga-se com direito como official de gabinete, rogar a v. exc. que se dignem mandar pagar-lhe uma gratificação correspondente aquelle tempo de serviço.

O supplicante pede permissão para tornar saliente perante v. exc. este facto: que, durante o tempo em que exerceu o lugar de official de gabinete, teve pela força das circunstancias e excesso de trabalho, necessidade de abandonar a sua clinica, honrosa profissão que lhe garante os meios de sua subsistencia e de sua familia; por isso solicita de v. exc. que aquella gratificação seja-lhe paga na razão de 500\$000 mensaes. P. deferimento.—Parahyba, 16 de Dezembro de 1892.

Dr. Eugenio Toscano de Brito.

Com o sr. Alvaro Machado é bom estar-se sempre precavido e prever-se todas as hypotheseas. Pode s. s. vir com excepção do que para o lugar que exercei junto a sua pessoa não houve nomeação e que por tanto não tenho ou direito a vencimento algum.

Primeiramente, eu não peço ordenado, mais uma gratificação, que arbitro em 500\$000 mensaes, pelo meu trabalho; e depois, para tacer casos, prescindindo-se perfeitamente de uma nomeação por escripto, bastando o convite de quem faz e que é de supor para sempre de um cavalheiro cuja palavra honrada deve ser mantida.

Consideremos que não passou isto de um trabalho que o sr. major Alvaro incumbio a um cidadão qualquer de fazel-o o que, dando-o por prompto, pelo que se lhe pagou a remuneração a que tem direito por esse trabalho.

E' o meu caso.

E a esse proposito eu lembro ao sr. major Alvaro que era em 1885 presidente desta ex-provincia o dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira e exercia eu o lugar de director da instrucção publica, quando, por essa epocha mesmo, incumbio-me elle de confeccionar o regulamento do externato normal, que é o mesmo que ainda hoje rege aquella instituição.

Para fazel-o, tive por mais de uma vez de conferenciar longamente e discutir com aquelle distincto moço, cuja prematura morte foi um verdadeiro desastre para as letras patrias, sobre as disposições regulamentares e ouvir mesmo a sua criteriosa e abalizada opinião sobre a materia que pela primeira vez era aqui regulamentada.

Findo o trabalho, o dr. Herculano Bandeira, gentilmento o sem que eu o solicitasse, mandou dar-me, pelos cofres do thesouro, uma gratificação de 200\$000, tendo igual procedimento para outro não menos distincto moço, também já fallecido, dr. Samuel Tortuliano Henriques, encarregado do regulamento sobre instrucção primaria.

E o sr. dr. Herculano Bandeira, depois desse acto, depois de ter eu prestado a sua administração um serviço que nem de longe se parece com os prestados a administração do sr. Alvaro Machado, não mandou cortar os meus vencimentos nem demittir-me do cargo de director da instrucção publica; removeu-me, sob consulta previa, para a cadeira de sciencias physicas e naturaes que elle tinha acabado de crear, attento a natural incompatibilidade politica existente entre o presidente da provincia e o director da instrucção publica.

Mas o sr. major Alvaro Machado não só paga-me mandando cortar os meus vencimentos, como tam engatilhada uma lei votada pela assemblea para botar para fóra do Lyceo a mim e outros collegas.

Houve nesta terra um outro presidente que paticou para commigo as mesmas violencias que acaba de commetter o sr. Alvaro Machado: foi o sr. dr. Pedro Francisco Correia de Oliveira, que era como o sr. Alvaro Machado presumptuoso e ignorante, mas que tinha um merito: a coragem e a franqueza de seus actos, e a luta com elle era a descoberto e os adversarios sabiam onde pisavam e donde lhes vinham os golpes. Por isso eu hoje respeito o sr. dr. Pedro Corrêa, como sei que elle respeita a mim.

Pois bem: o sr. dr. Pedro Corrêa, ainda por essa mesma epocha, demittio-me do cargo de director do externato normal e demittio-me do lugar vitalicio de professor do Lyceo; como hoje, eu protestei contra esse acto de prepotencia e cinco mezes depois recobria integralmente os meus vencimentos, porque as victimas encontram sempre um dia quem lhes faça justiça.

Disse hontem em meu artigo que estava na honra e na dignidade do sr. Alvaro Machado mandar pagar-me os serviços que prestei em seu gabinete; já provei que ao sr. Alvaro negar-se a esse pagamento, invocando para esse fim o facto de não ter havido nomeação escripta, não do todo improcedentes essas razões. Alcançamos que assim seja; ainda assim, porém, o facto fica de pé: que eu prestei, durante quasi sete mezes, serviços no gabinete do sr. Alvaro Ma-

chado, e se esses serviços não tiveram o caracter publico, apesar de dizer o ponto do Lyceo que eu me achava em —serviço publico gratuito, tiveram o caracter particular, e neste caso compete ao sr. major Alvaro pagar-m'os e eu o exijo; apenas cederei, neste caso, em beneficio da Santa Casa de Misericordia a remuneração desses serviços.

Por isso foi que eu disse, que estava no brio, na honra e na dignidade do sr. major Alvaro fazel-o; pois s. s. deve comprehender que nada do cominum existe nem pode mais existir entre nós dous, a não ser esse tempo em que servi em seu gabinete, lugar que não pedi nem solicitei e que aceitei contrariado, por que sabia dos prejuizos que ia isto causar-mo; e hoje o sr. Alvaro remunera esses serviços dando-me sobre prejuizos, prejuizo!

Eu convido, pois, o sr. Alvaro Machado para liquidarmos esta questão e apagar-mos esse traço que une seu governo a minha pessoa.

Espero que o fará; e no meio de suas glorias não se lembrará s. s. que existe o obscuro autor destas linhas que, por sua vez, para não obumbrar-se, procurará evitar que lhe toquem os raios desse novo sol.

DR. EUGENIO TOSCANO DE BRITO.

Violencia Presidencial

Causou-nos verdadeira commiserção a noticia do acto pelo qual o cidadão Alvaro Lopes Machado declarou ao thesouro do estado que o nosso amigo e chefe, dr. Eugenio Toscano de Brito, na qualidade de lente do Lyceo Parahybano não tinha direito aos seus vencimentos, que não podem ser cumulados com os vencimentos a que o mesmo dr. tem direito na qualidade de medico da intendencia.

E causou-nos commiserção porque não nos podia causar espanto, tão certos estamos, de que o actual presidente do estado, eleito pelo voto dos seus concidadãos, somente tem aptidão para o desparate, desde que elle mesmo já é o desparate em sua quintessencia.

E' nosso proposito esmerilharmos em direito a questão que resulta do acto illegal e inconstitucional emanado da autoridade do cidadão Alvaro Lopes Machado e temos a mais certa convicção de que chegaremos ao nosso desideratum, muito embora não possamos, como não queremos, convencer a um insensato, que no arrebatamento de sua indomita paixão treva-va, sem lembrar-se do testemunho inmilludível, que nos dá, da pequenez de seu espirito.

Pouco importa que o cidadão Alvaro Lopes Machado não se dê por vencido nem convencido, porquanto não eservom para s. s. o sim para os homens do bem desta como das outras circumscricções da republica brasileira, os quaes se convencerão que são sempre poucas as desmasias de nossas palavras quando proligamos a desmoralizada administração, que pesa sobre a Parahyba como uma manopla de ferro.

Não temos hoje tempo para o completo desenvolvimento do direito que se prende ao facto irritante que tomamos a ponto de disentir, e por essa razão apressamos-nos a allanar o nosso compromisso transcrevendo desde logo o preceito contido no art. 65 da constituição de 30 de julho.

Eil-o: «Continuam em vigor as actuaes disposições do direito privado, a legislação processual, administrativa, financeira e policial, e bem assim as leis, regulamentos e contractos da antiga provincia e do governo provisório do estado no que explicita ou implicitamente não forem contrarios a esta constituição, até que sejam revogados, alterados, ou rescindidos pelos poderes competentes.

Depois deste temos o preceito do art. 78 da citada constituição, assim inscripto.—«Nenhum empregado poderá accumular vencimentos ou sejam elles pagos pelos cofres da união, do estado ou municipio, salvo tratando-se de funções em materia de ordem puramente profissional, scientifica ou technica, que não envolva autoridade administrativa, judiciaria ou politica na união ou no estado.

A simples leitura destes dois artigos de nossa constituição estadual dão-nos a medida por onde o cidadão Alvaro Lopes Machado bitolou o acto, pelo qual pretende privar que o illustre dr. Eugenio perceba os vencimentos de lente do Lyceo, aos quaes tem incontestavel direito, direito desconhecido por esse moço sempre inconsciente, principalmente quando age com premeditação, para dar saciedade as vinganças tão pequeninas quanto pequenissimo se manifesta o seu espirito em taes casos, refractario ao bem, ao justo, ao decente, ao moralizador.

Se recorrermos a legislação federal, aos regulamentos da instrucção publica do estado, no que elles não contradizem a constituição de 30 de julho, veremos também, com a maior clareza, apontada a condemnação do acto que temos sob analyse, para levarmos a evidencia o erro grosseiro commettido pelo actual presidente do estado, como o faremos de outra vez.

ANTONIO BERNARDINO.

Dr. Epitacio Pessoa

A bordo do paquete Olinda devo chegar hoje ou amanhã a esta capital o illustre sr. dr. Epitacio da Silva Pessoa, deputado federal pelo nosso estado.

Se ao civismo popular fosse permitido na quadra que atravessamos manifestar-se de modo condigno a liberdade, certo que Epitacio Pessoa teria hoje da parte de nossa sociedade a apothose a que fazem jus na vida publica os homens de sua estatura moral.

Elle vem de conquistar os mais virentes louros no seio da representação nacional onde as victorias alcançadas contam-se pelas innumeras vezes que teve de occupar a tribuna do congresso para, com o aculeo aureo de sua palavra inspirada pelo patriotismo, oppor insuperaveis obstaculos as demasias criminosas do poder e a protervia do despotismo, sob cujo dominio estioja-se a alma da patria.

A Parahyba que tem no vulto sympathico d'esse sool distincto flho o exemplo personificado da mais pura dedicação, do mais enaltecido devotamento, do mais elevado e ca-

forço e do mais acendrado amor a causa de seu desenvolvimento na intermina senda do progresso, tanto quanto lhe permittissem as circunstancias do seu presente pouco lisongeiro em virtude das dolorosas provações experimentadas na serie de infortunios que lhe iniciou o celebre 23 de novembro, não deveria fugir a espontaneidade das honras que sente intimamente merecer o moço illustre que, com brilho excepcional, logrou manter e accoutuar as nossas mais respeitaveis tradições historicas, impondo-se e admirando nacional e conquistando para esmalte indelevel do nome parahybano o posto politico de cuja saliencia raros são os similes na idade de Epitacio da Silva Pessoa.

O que escreve estas linhas desajaria neste momento consubstanciar o genio para exprimir no espaço de ligeiro escorso o merito real do deputado parahybano que, a justos titulos, afirma-se como que a revelação precoce da mais esplendente gloria nacional.

E fal o-hia pela compenetração do dever, que não movido por sentimentos outros incompatíveis com a elevação do assumpto, porquanto a nossa penna de escriptor mediocre jamais se põe ao serviço da lisonja que avilta, senão da verdade que dignifica o homem.

Entre a nossa humilde individualidade de obscuro trabalhador e a estatura consideravel do heroico paladino das liberdades publicas, existem apenas simples relações de cortezania e vem appello para entrar o bote da maledicencia accentuar aqui que em tempo muito recente e quando torçavamos na opposição a primeira phase republicana, já faziamos justiça ao merecimento de Epitacio Pessoa, reconhecendo o entre os seus collegas de representação aquelle sobre que havia recaído expontaneamente a quasi unanimidade dos suffragios politicos dos nossos concidadãos.

Assim, podemos hoje, com a mesma isenção de espirito de outr'ora, testemunhar nossa admiração pelo prestigio do intemerato deputado, que com tanto talento e critério, com tanto heroismo e tenacidade, valeo por legiões aguerridas e patrioticas na luta sem treguas ao terrôr e a crueldade da situação florianesca, collocando a magia da sua palavra de orador sem jaça ao serviço da reivindicção dos direitos conspurcados e elevando o nivel da posto do um representante da nação, que sabe sel-o para servir-a com toda honestidade e não para vilipendial-a, como tantos outros, com explorações indignas e condemnaveis.

